

Espaço aberto

A grande vilania

FERNANDO PEDREIRA

"É preciso ter em conta ainda o definido efeito amortecedor que exercem a lei e o senso moral, espécie de lei auto-imposta: pois uma nação é tida como tanto mais civilizada quando mais a sabedoria e a eficiência de suas leis, impedem as pessoas fracas de se tornarem fracas demais, e os poderosos de se tornarem demasiado poderosos.

Mas, no lager as coisas eram diferentes..."

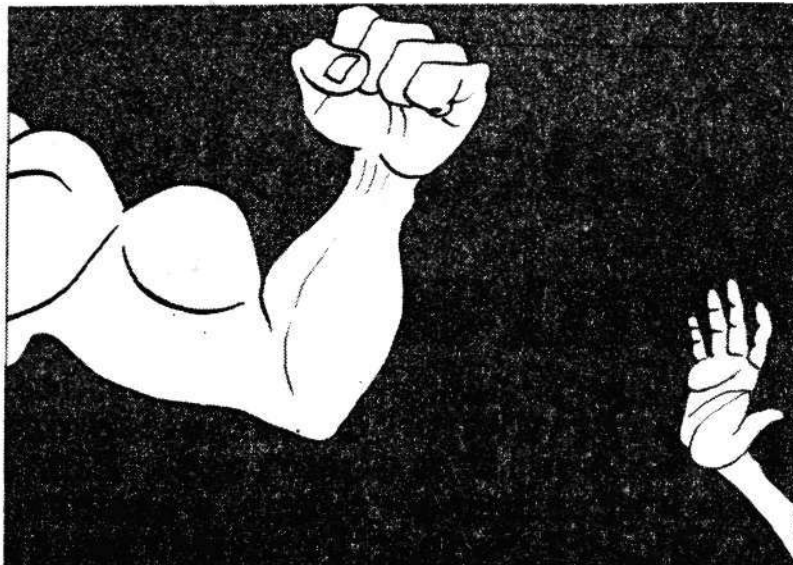
O que era o Lager? O Lager, o Campo, era o campo de concentração de Auschwitz, onde o escritor italiano Primo Levi esteve preso ainda quando muito moço. No campo, só os duros, os fortes, sobreviviam, mesmo que apenas por algum tempo. Os mais fracos (que os próprios prisioneiros chamavam de Mussel manner) estavam inapelavelmente condenados a perder-se e a sucumbir desde a primeira hora.

O que parece mais relevante, entretanto, ao menos para nós que procuramos (desajeitadamente) organizar melhor a sociedade em que vivemos, é a distinção que Levi assinala entre o mundo do campo e o nosso mundo exterior onde as leis e o senso moral procuram amortecer os piores efeitos das diferenças entre os homens.

Em nossa cultura, com efeito, as nações parecem tanto mais civilizadas quanto mais sábios e eficazes são os meios que elas usam para proteger os fracos e conter os fortes, para reduzir a injustiça decorrente de uma exagerada desigualdade de forças ou de poder entre os cidadãos.

E eis aí, talvez, a essência da grande questão política contemporânea, resumida em poucas palavras. A civilização da qual somos filhos, e que George Orwell chamou de ocidental-cristão, funda-se em princípios éticos, filosóficos e religiosos que levam legisladores, governantes e juristas a procurar corrigir os desequilíbrios sociais.

Desde o fim da guerra, isto é, desde a destruição dos campos nazistas, há 44 anos, essa inclinação generosa (cuja ponta mais avançada foram as correntes socialistas) tornou-se dominante, ao menos no Ocidente democrático. Os Estados Unidos, desde 1932 até 1980, foram governados (legislados) por uma



maioria "liberal" nascida no New Deal rooseveltiano. Na Europa e na Inglaterra os partidos socialistas predominaram amplamente. Mesmo das duas décadas de gaullismo, na França, não se pode dizer que tenham contrariado a tendência geral do Continente.

O que é talvez curioso é que esses anos generosos, em que o capitalismo do Ocidente abandonou o seu darwinismo anterior e civilizou-se, sob o governo (ou a influência) da esquerda moderada, foram anos de extraordinário enriquecimento material. Apenas nas três décadas douradas (los années glorieuses) entre a guerra e os chamados choques petrolíferos, a economia mundial cresceu mais, enriqueceu-se mais, do que na soma dos muitos séculos anteriores.

A generosidade, pois, compensa. A experiência do nosso tempo prova que o senso moral e a justiça não são incompatíveis com o enriquecimento, não só dos mais ricos (que enriqueceram como nunca), mas da grande maioria dos cidadãos e da sociedade em geral. Ao contrário, a justiça e a riqueza (particular ou geral) revelaram-se complementares: parceiros necessários da mesma aventura humana.

O processo de crescimento dos "anos gloriosos" dá hoje sinais de que pode estar retomando o seu impulso, depois de um penoso intervalo corretivo, cuja profunda significação política e filosófica nem sempre é entendida pela maioria das nossas cabeças pensantes. De fato, a correção de curso ocorrida de 1980 para cá, primeiro na Inglaterra e depois nos Estados Unidos e na Europa, pode ter sido deflagrada pela

crise do petróleo, mas na verdade tem raízes bem mais fundas e menos circunstanciais.

Uma nação considera-se civilizada quando impede os fortes de serem fortes demais e os fracos de serem fracos demais. Mas quem são hoje os fracos e quem são os fortes? Em muitos lugares, o senso moral, a lei e até a moda do tempo haviam virado de cabeça para baixo o quadro original, e alterado sensivelmente a relação de forças.

Na Inglaterra, por exemplo, os operários, que eram antes os mais fracos, através de lutas seculares, tinham criado sindicatos agora todo-poderosos, cada vez mais dispostos a abusar do seu poder cartorial contra os interesses da maioria da sociedade, como ocorreu nas greves do carvão e em tantos outros episódios. Coube à sra. Thatcher enfrentá-los e tentar restaurar o equilíbrio da balança.

Em outros lugares, burocracias criadas para assegurar uma menos má distribuição nacional da riqueza acabaram tomando para si próprias a melhor parte dessa riqueza. Cartórios e reservas criados para proteger indústrias nascentes ou empresários mais fracos, diante da concorrência estrangeira, acabaram virando monstruosos cartéis e monopólios que exploram o povo consumidor e retardam o progresso e o enriquecimento coletivo.

Os fracos, unidos, jamais serão vencidos. Em algumas nações (e não necessariamente das mais civilizadas, como a nossa) a defesa dos mais fracos tornou-se, em muitos casos, a bandeira (e a gazuza) dos esportilhões e aproveitadores que entopem os próprios bolsos, e os dos amigos, com os dinheiros públicos.

Num país ainda tão pobre, entre massas inumeráveis de uma população freqüentemente miserável, criaram-se ilhas fabulosamente ricas, fortemente protegidas nos seus privilégios e vantagens consagrados em lei: burocracias estatais, cartórios profissionais, oligopólios industriais, reservas de mercado.

Os constituintes do doutor Ulysses, que agora concluem os seus trabalhos, cometeram, ao longo de tantos meses, falcaturas diversas. Contrariaram muitas vezes, não só a moral e a decência, mas, o interesse nacional e o desejo expresso dos seus eleitores. Para favorecer sua conveniência pessoal ou política, os constituintes deram os cinco anos a Sarney, enterraram o parlamentarismo e o voto distrital e, ainda agora, graças a mais uma baixa manobra do seu tripresidente, aboliram o segundo turno nas eleições de novembro.

Não é pouco. São pecados feios e graves, que, entretanto, podem ser contrapostos a alguns pontos positivos: os direitos sociais e políticos consagrados, a reforma tributária descentralizadora e, sobretudo, o desmonte dos poderes arbitrários do Executivo central sobre a economia. Até agora (especialmente, desde a Carta de 67) o presidente e seus ministros podiam meter as mãos (e os pés) na economia e nos negócios privados, a seu talante, quando queriam. A nova Constituinte dificultou isso, obrigando o governo a passar pelo Congresso, e essa talvez acabe se revelando sua disposição mais benéfica e saudável, desde que seja efetivamente cumprida.

Para encontrar o crime maior, a grande vilania dessa Constituição de 1988, porém, é preciso voltar à lição inicial de Primo Levi. Quem são os fracos, na atual estrutura de poder brasileira? Os usineiros e industriais da seca do Nordeste? As grandes mineradoras nacionais, as grandes empreiteiras? O funcionalismo e as grandes burocracias estatais? Os amigos do rei, donos dos cartéis, dos cartórios e das reservas de mercado?

Dizendo defender os fracos, a Constituinte ampliou e consolidou os poderes e privilégios desses grupos e castas, exatamente porque eles são mais fortes do que a massa anônima dos contribuintes-eleitores indefesos. E o pior é que ela não fez isso sozinha, mas com o apoio de uma parcela considerável da opinião pública, que ainda não aprendeu a lição do tempo e não sabe ainda em que mundo está vivendo.

Fernando Pedreira é jornalista e ex-redator-chefe do Estado e do Jornal do Brasil.